

Maria Lia Porto Corona
Sérgio Pessoa de Paula Castro
Fabiola Marquetti Sanches Rahim
Coordenadores

ANOTAÇÕES
SOBRE A LEI DE
**IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**



MARIA LIA PORTO CORONA
SÉRGIO PESSOA DE PAULA CASTRO
FABIOLA MARQUETTI SANCHES RAHIM

Coordenadores

**ANOTAÇÕES SOBRE A
LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro
Direito Constitucional, Direito Público

Atual e contemporânea, a presente obra traz a visão de advogados públicos com trânsito pelo tema da improbidade administrativa, analisando-o sob diversos vieses e à luz das recentes alterações promovidas pela Lei federal nº 14.230/2021, bem como dos consectários derivados de análises judiciais já em curso a respeito deste novo diploma.

O tema da improbidade administrativa sempre desperta grande atenção na seara pública, e a presente obra certamente colaborará com elementos adicionais para a compreensão da complexidade do assunto.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003289

A615	Anotações sobre a Lei de Improbidade Administrativa / Maria Lia Porto Corona, Sérgio Pessoa de Paula Castro, Fabiola Marquetti Sanches Rahim. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 249p. ; 14,5cm x 21,5cm. Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-378-8 1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Público. I. Corona, Maria Lia Porto. II. Castro, Sérgio Pessoa de Paula. III. Rahim, Fabiola Marquetti Sanches. IV. Título.
2022-1128	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CORONA, Maria Lia Porto; CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula; RAHIM, Fabiola Marquetti Sanches (Coords.). *Anotações sobre a Lei de Improbidade Administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 249p. ISBN 978-65-5518-378-8.

Maria Lia Porto Corona

Procuradora Geral do Estado de São Paulo

Sérgio Pessoa de Paula Castro

Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais

Fabiola Marquetti Sanches Rahim

Pós-graduada em Regime Próprio de Previdência e em Direito Eleitoral. Ex-Promotora de Justiça do Mato Grosso (2004). Procuradora do Estado de Mato Grosso do Sul (2005-presente). Procuradora-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (2019-presente).

SUMÁRIO

REVISITANDO A INVALIDAÇÃO DO ATO ÍMPROBO EM FACE DA LEI Nº 14.230/2021 (REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)

Anderson Sant'ana Pedra, Jasson Hibner Amaral	11
1 Introdução	11
2 Possibilidade de invalidação como conteúdo de uma decisão em ação de improbidade administrativa	13
3 Repensando a invalidação nas ações de improbidade administrativa.....	14
3.1 Segurança jurídica e confiança legítima.....	16
3.2 Eficiência administrativa	19
3.3 Interesse público.....	20
3.4 Consequencialismo decisório	21
4 Saneamento	23
4.1 Saneamento e formalismo moderado.....	24
5 Modulação de efeitos da invalidação como alternativa.....	25
6 Considerações finais	28
Referências.....	29

CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA PERCEPÇÃO DE VERBAS INDEVIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO: ANÁLISE HISTÓRICA E JURISPRUDENCIAL E DOS POTENCIAIS REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.230/2021

Carolina Pellegrini Maia Rovina Lunkes	33
1 Breve contextualização histórica	33
2 A Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992	37
3 A Nova Lei de Improbidade Administrativa – as mudanças promovidas pela Lei Federal nº 14.230/2021.....	42
4 Caracterização da percepção de verbas indevidas por servidor público como ato de improbidade administrativa. Requisitos exigidos à luz da redação original do artigo 9º, inciso XI da Lei Federal nº 8.429/1992. Análise de julgados do E. STJ e do TJESP.....	44
5 Análise crítica da jurisprudência, à luz das alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.230/2021	47
6 Conclusão	49
Referências.....	50

AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.230/2021 SOBRE O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO POR PATRIMÔNIO DESPROPORCIONAL À REMUNERAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO

Denis Dela Vedova Gomes	53
1 Introdução	53
2 A improbidade administrativa por enriquecimento ilícito – elementos objetivos, subjetivos e circunstanciais	55
3 Garantia ao contraditório e à presunção de inocência.....	60
4 Declaração de bens e direitos e a sindicância patrimonial.....	63
5 Conclusão	66
Referências.....	68

GARANTISMO, PRAGMATISMO E A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE DEVERIA RETROAGIR E POR QUÊ?

Fabiola Marquetti Sanches Rahim, Caio Gama Mascarenhas	71
Introdução	71
1 Noções de improbidade administrativa e a Lei Federal nº 14.230/2021	73
1.1 Natureza jurídica.....	75
1.2 A Nova Lei de Improbidade e os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador: quais princípios?	77
2 É possível a retroatividade das normas mais benéficas no campo da improbidade?.....	82
2.1 Retroatividade benéfica e Direito Penal	83
2.2 Segurança jurídica e Administração Pública.....	88
3 O que retroage e como?.....	91
3.1 Normas processuais, legitimidade ativa e prescrição.....	91
3.2 Normas materiais e alteração dos elementos constitutivos do tipo.....	94
3.3 Como e até que ponto as sanções devem ser revertidas? A proposta de retroatividade mínima.....	96
4 Como se alega retroatividade benéfica quando há coisa julgada?.....	98
Conclusão	99
Referências.....	99

O RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO E A COLABORAÇÃO PROBATÓRIA NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL (ANPC)

Julizar Barbosa Trindade Júnior	103
Introdução	103
1 A sanção no domínio da improbidade administrativa: da unilateralidade à consensualidade	104
2 Considerações sobre o acordo de não persecução civil (ANPC).....	111
3 O ressarcimento integral do dano e a colaboração probatória	118
3.1 O ressarcimento integral do dano.....	118
3.2 A colaboração para a obtenção de provas	122
Conclusão	124
Referências.....	127

A COMUNICABILIDADE DOS EFEITOS DAS SENTENÇAS PENAIS ABSOLUTÓRIAS NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DO ART. 21, §4º, DA LEI Nº 8.429/1992

Mateus Camilo Ribeiro da Silveira	131
Introdução	131
1 A autonomia constitucional do sistema de responsabilidade por ato ímprobo	133
2 Independência relativa da esfera de improbidade: mitigações viáveis e consolidadas na legislação nacional	137
3 Da necessidade de interpretação conforme a Constituição ao artigo 21, §4º, da Lei nº 8.429/1992	140
4 Conclusão	145
Referências.....	145

A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENÉFICA NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Melissa Di Lascio Sampaio, Suzane Ramos Rosa Esteves	147
1 Linhas introdutórias	147
2 Reflexos das alterações da Lei de Improbidade nos processos administrativos disciplinares	151
3 Aplicações da nova Lei de Improbidade no tempo: correntes restritiva e expansiva acerca do princípio da retroatividade benéfica	151
4 Considerações finais	164
Referências.....	165

A TÉCNICA DO DESCONTO, O *NON BIS IN IDEM* E AS SANÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Pericles Ferreira de Almeida	167
1 Introdução	167
2 Breves notas sobre a independência de instâncias e o <i>non bis in idem</i>	168
3 A técnica do desconto e o <i>non bis in idem</i>	176
4 Os caminhos para tornar eficaz a técnica do desconto	180
5 Conclusão	186
Referências.....	186

A PERDA DA LEGITIMIDADE ATIVA DO ENTE LESADO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA (IR)RAZOABILIDADE DA OPÇÃO LEGISLATIVA

Renato Manente Corrêa	189
1 Introdução	189
2 A afirmação do direito fundamental à probidade administrativa.....	190
3 A posição preferencial (<i>preferred position</i>) do direito fundamental à probidade administrativa e os reflexos sobre a atividade legiferante infraconstitucional	195
4 A perda de legitimidade do ente lesado: a (ir)razoabilidade da opção legislativa	201
5 Conclusão	207
Referências.....	207

A LEI FEDERAL Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021, E O ELEMENTO SUBJETIVO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Sidnei Paschoal Braga	211
1 Introdução	211
2 Considerações Iniciais	212
3 A Lei nº 14.230/2021 e as hipóteses do artigo 10 da Lei nº 8.429/1992: o fim do elemento culpa	215
4 A exigência de dolo específico.....	217
5 Retroatividade benéfica?	219
6 Conclusão	223
Referências.....	224

CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O ACORDO DE
NÃO PERSECUÇÃO CIVIL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARTIGO 17-B DA LEI Nº 8.429/1992

Valter Farid Antonio Junior	227
1 Consensualidade em matéria de improbidade administrativa: um breve e necessário histórico.....	227
2 Natureza jurídica do acordo de não persecução civil (ANPC).....	232
2.1 Legitimidade	234
2.2 Objeto: definição do conteúdo e sanções convencionáveis	238
2.2.1 Resolução CNMP-179, de 26.07.2017.....	241
2.2.2 Portaria Normativa AGU nº 18, de 16.07.2021	242
2.3 Forma	243
Conclusão	244
Referências.....	245
SOBRE OS AUTORES.....	247